

Marcos Roberto Nunes Costa<sup>1</sup>

### **Amor e paixões na filosofia moral de Santo Agostinho**

**Resumo:** Embora reconheça que o homem é um ser concreto, feito para viver, neste mundo, o que implica que tenha de buscar ser feliz neste mundo, entretanto, segundo Agostinho, ontologicamente, o homem não foi feito para este mundo, mas para Deus, em quem se encontra a única e “Verdadeira Felicidade”. Tal dualidade o coloca numa situação de conflito, pois como conciliar a felicidade temporal, proporcionada pelos bens temporais, mutáveis e corruptíveis e a “Verdadeira Felicidade”, que se encontra unicamente em Deus, imutável e eterno? De que forma o homem deve amar os bens temporais em vista do Sumo Bem Eterno? Para solucionar tal conflito, Agostinho lança mão de dois outros princípios ontológicos: o primeiro é cosmológico, subdividido em: a) que na natureza criada por Deus não há senão o bem, sendo, portanto, bens todos os serem materiais ou temporais; b) o que há na realidade são diferentes graus de perfeição entre os seres do universo; c) que a disposição destes bens neste mundo segue uma Ordem, ao que chama de “Ordem divina”. O segundo: que o homem é dotado de livre-arbítrio, o qual, mediante o uso da Razão iluminada, sabe que caminho deve tomar para respeitar a “Divina Ordem”. Assim sendo, o amor ordenado consiste em amar os bens temporais em vista da Vida Eterna. Ao contrário, o amor ou paixões desordenadas, em desrespeitar a “reta ordem”, amando os bens temporais como fins em si mesmos, em detrimento de Deus, são a causa do mal.

**Palavras-chave:** Agostinho, Amor ou Paixões, Bem, Mal, Bens temporais.

**Abstract:** Although Augustine acknowledges that man is a concrete being, made to live in this world, which implies that he must seek to be happy in this world, however, according to him, ontologically, man was not made for this world but for God, in whom is the only and the true happiness. Such a dualism places man in a conflictive situation. If it is so, how is it possible to conciliate temporal happiness, provided by temporal, mutable and corruptible good and true happiness, which is found only in the immutable and eternal God? In what way must the man love the eternal supreme Good? In order to find a solution for this conflict, Augustine makes use of two other ontological principles. The first is cosmological, and comprise the following statements: a) in created nature by God, there are not but the good, being therefore, goods all the material or temporal

<sup>1</sup> Professor da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Filosofia da UFPE. Atualmente realizando Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade do Porto, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Meirinhos. E-mail: marcosnunescosta@hotmail.com.

*Civitas Augustiniana*, 5 (2016) pp. 107-120.

ISSNe: 2182-7141

DOI: 10.21747/civitas/52016a5

beings; b) created goods are organized in different degrees of perfection according to their degree of being; c) this disposal follows a divine order. The second principle is as follows: man is endowed with free will and, through his illuminated reason, knows which way he must take to act according to divine order. Therefore, the ordered love for temporal goods consists in loving them in view of eternal life. On the contrary, the disordered love or passions, as long as they disrespect right order by loving temporal goods in detriment of God, are the cause of the evil.

**Keywords:** Augustine; love; passions; good and evil; temporal goods.

### Introdução

Sabemos que na Antropologia agostiniana, o grande problema do homem é a busca da felicidade, a qual consiste na plena posse e gozo da sabedoria, da verdade – Deus mesmo. Ou seja, da “Verdadeira Felicidade” que se encontra em Deus, «sumo bem do homem [...] ser supremo [...] imutável, ao qual todos os outros bens se referem»<sup>2</sup>.

Entretanto, o homem é um ser concreto que vive em meio aos bens materiais. Daí, como conciliar a felicidade temporal, proporcionada pelos bens temporais, mutáveis e corruptíveis, e a “Verdadeira Felicidade”, que se encontra em Deus, imutável e eterno? De que forma o homem pode fruir dos bens temporais, em vista dos bens eternos? Ou seja, viver, segundo os bens temporais, tendo, em vista, os bens eternos, constitui o grande drama existencial do homem, em busca da felicidade. É o que vemos na angustiante *Epístola* em que Agostinho pede conselhos ao amigo Paulino de Nola:

Interrogara-te sobre a futura Vida Eterna e Santa [...], e bem me respondeste que há ainda que preocupar-se também do estado da vida presente [...]. Disseste, também, com muito acerto, que devemos, primeiramente, morrer a morte evangélica, não pelo óbito, mas afastando-se, com decisão, da vida deste século, antes de anteciparmos, por desejos a resolução carnal. Não cabe a menor dúvida de que com essa simples ação, pretendemos viver nesta vida mortal, de tal modo que nos adaptemos, de alguma maneira, à vida imortal. Porém o que se perguntam, angustiosamente, os homens de ação e de estudo, como sou eu, é como se viverá entre aqueles ou por aqueles que ainda não aprenderam a viver morrendo, não se desligando do corpo [...]. Quase sempre, com efeito, nos parece, que se não nos acomodarmos um pouco a eles, precisamente naquilo de onde desejamos

<sup>2</sup> AGUSTÍN, San, *Epístola 137*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad., intr. y notas Lope Cilleruelo, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1987, t. XI a.

arrancá-los, nada de salutar poderemos deles alcançar. E quando o fazemos, eis que se apodera de nós mesmos, um tal deleite por essas coisas que, muitas vezes, já achamos prazer em proferir em coisas vãs e a elas prestar ouvidos: assim [...] já com maior fadiga e preguiça, elevamos a alma a Deus para vivermos a vida evangélica, morrendo a evangélica morte<sup>3</sup>.

Para resolver tal drama, Agostinho desenvolverá uma doutrina ético-moral e ascética que irá mostrar aos homens como viver neste mundo, em meio aos bens materiais, e alcançar a Deus. É por isso que, tanto no “Diálogo” *Sobre a Vida Feliz* quanto nos *Solilóquios*, depois de apresentar Deus, ou a Verdade, como lugar da “Verdadeira Felicidade”, o Segundo Livro de ambas as obras trazem a necessidade de uma purificação ético-moral do homem, como condição para se alcançar tal felicidade.

### 1. O livre-arbítrio, sujeito moral na doutrina ético-moral de Santo Agostinho

Baseado no princípio cristão da “Divina Ordem”, Agostinho apresenta a vontade humana como sujeito moral, a qual, conhecendo a “Reta Ordem” através da razão, irá escolher, por um ato livre, viver segundo essa Ordem – “paixão ou amor ordenado”, ou desrespeitá-la – “paixão ou amor desordenado”, conforme vemos, em uma de suas *Epístolas*:

Há uma certa vida do homem, envolvida nos sentidos carnis, entregue aos gozos da carne [...] A felicidade de tal vida é temporal [...] Mas há outra vida, cujo gozo está na alma, cuja felicidade é interior e eterna [...]. O que importa é saber para onde a alma racional prefere dirigir, pela vontade, o uso da mesma razão ou para os bens da natureza exterior e inferior; isto é, para que goze do corpo e do tempo ou, ao invés, da divindade e da eternidade<sup>4</sup>.

Como se vê, a doutrina ético-moral agostiniana supõe a existência de uma “Ordem Divina” no mundo. O reconhecimento e enquadramento nessa “Reta Ordem” pela razão ou vontade humana é a condição da posse e gozo da “Verdadeira Felicidade” do homem. Nesse sentido, Agostinho superaria a Filosofia Antiga, conforme palavras de Frederick Copleston:

<sup>3</sup> *Idem, Epístolas 95,2, in Obras completas de san Agustín, ed. bilingüe, trad., intr. y notas Lope Cilleruelo, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1986, t. VIII.*

<sup>4</sup> AGUSTÍN, San, *Epístola 140*, op. cit., 2,3

A vontade, sem embargo, é livre, e a vontade livre é sujeito de obrigação moral. Os filósofos gregos conceberam a felicidade como a finalidade da conduta humana, e não podemos dizer que não tiveram idéia alguma desta obrigação; porém, devido a sua noção mais clara de Deus e da Criação divina, Santo Agostinho pode dar a obrigação moral uma base metafísica mas firme do que os gregos foram capazes. A base necessária da obrigação é a liberdade [...]<sup>5</sup>.

A vontade humana a reconhece – “Ordem Divina” –, evitando perturbá-la e respeitando-a em suas ações, mediante a justa apreciação de valores e reta conduta de vida, frente a ela. Assim, o fim da moralidade é a reta manutenção da Ordem, que se identifica com a “Vontade Divina”, ao passo que o mal (desordem) consiste na transgressão culposa dessa Ordem. É o que diz Agostino, no tratado *Sobre a Cidade de Deus*: «Deus, autor das naturezas, não dos vícios, criou o homem reto; mas, o homem, depravando-se, por sua própria vontade e, justamente, condenado, gerou seres desordenados e condenados»<sup>6</sup>.

E para que nossa escolha seja considerada boa ou má, Agostinho insiste no princípio axiomático de que toda natureza (bens materiais) é boa, visto que todas as coisas foram criadas por Deus: «Nenhuma natureza, absolutamente falando, é um mal»<sup>7</sup>. O problema é quanto ao valor ou a intensidade da paixão ou amor que a vontade humana atribui às coisas criadas. O que levaria Manfredo Ramos a dizer que «o problema dos bens temporais é um problema de amor. Cabe à caridade, que nos vem do Espírito, referi-los e subordiná-los, sob a ‘disciplina da pia humildade’, ao fim último da beatitude celeste»<sup>8</sup>.

E para sabermos qual valor ou intensidade de amor devemos atribuir às coisas, Agostinho defende que, segundo a ordem natural ou “Reta Ordem” dos valores, não devemos antepor as coisas superiores às inferiores, mas dar a cada um o que é seu. Para defender essa idéia, o Santo Doutor parte do conceito ciceroniano de Justiça (fundado no Direito Natural), segundo o qual “justo” é “dar a cada um o que é seu”,

<sup>5</sup> COPLESTON, F., *Historia de la filosofía (II): de san Agustín a Escoto*, trad. Eugenio Trías, Editorial Ariel, Barcelona, 1983, p. 88.

<sup>6</sup> AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus: contra os pagãos*, XIII, 24, trad. Oscar Paes Leme, Vozes; Federação Agostiniana Brasileira, Petrópolis; São Paulo 1991. v. I e II.

<sup>7</sup> *Ibid.*, XI, 27.

<sup>8</sup> RAMOS, F. M. T., *Bens temporais e vida cristã nas Epístolas de S. Agostinho*, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma 1966, p. 51.

dando-lhe um caráter religioso, tendo, como fundamento, o duplo preceito da caridade: «Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo», ou seja, dar a cada um o amor devido; a Deus, em primeiro lugar, e a si mesmo e ao próximo em segundo lugar.

## 2. O “*uti-frui*”, princípio da moralidade agostiniana

Partindo do pressuposto de que a finalidade da moralidade é garantir a “Perfeita Ordem”, ou a “Reta Ordem” dos valores, Agostinho desenvolve os conceitos de “*uti-frui*” como princípio da moralidade, através do qual, pela vontade livre, o homem distingue as coisas a serem gozadas das coisas a serem usadas.

Para Agostinho, a vida moral se traduz, forçosamente, numa seqüência de atos individuais. Cada um deles implica numa tomada de posição face às coisas; ou fruimos ou nos utilizamos delas. “Fruir” ou gozar, significa afeiçoar-se a algo por si mesmo, ou seja, de acordo com o tratado *Sobre a Doutrina Cristã*, «fruir é aderir a alguma coisa por amor a ela própria»<sup>9</sup> ou, ainda, «Dizemos gozar, quando o objeto nos deleita por si mesmo, sem necessidade de referi-lo a outra coisa»<sup>10</sup>. Por isso, em alguns momentos, Agostinho identifica o termo “fruir” ou gozar, com o próprio amor, já que não se pode fruir ou gozar senão do próprio amor – Deus. “Utilizar” ou usar, ao contrário, é servir-se de algo para alcançar um objeto que se ama; ou seja, dizemos «usar, quando buscamos um objeto por outro»<sup>11</sup> ou «Usar é orientar o objeto de que se faz uso para obter o objeto ao qual se ama, caso tal objeto mereça ser amado»<sup>12</sup>. O uso ilícito, por sua vez, recebe o nome apropriado de abuso ou desordem, ou seja, «quando se oferece onde não convém ou o que não convém nesse lugar, mas noutra, ou quando se oferece quando não convém ou o que não convém na ocasião, mas noutra»<sup>13</sup>.

Assim sendo, Agostinho deixa bem claro que, entre as coisas,

Há algumas para serem fruídas, outras para serem utilizadas e outras, ainda, para os homens fruí-las e utilizá-las. As que são objeto de fruição, fazem-

<sup>9</sup> AGOSTINHO, Santo, *A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã*, 1, 4, trad. e notas Nair de Assis Oliveira, Paulinas, São Paulo 1991.

<sup>10</sup> *Idem*, *A cidade de Deus*, op. cit., XI, 25.

<sup>11</sup> *Idem*, *A doutrina cristã*, op. cit., 1, 4.

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> *Idem*, *A cidade de Deus*, op. cit., XV, 7.

nos felizes. As de utilização, ajudam-nos a tender à felicidade e servem de apoio para chegarmos às que nos tornam felizes e nos permitem aderir melhor a elas<sup>14</sup>.

Considerando-se que nós, homens, «somos peregrinos para Deus, nesta vida mortal» (2 Cor 5,6), que não podemos viver felizes a não ser na “pátria celestial”, que «se queremos voltar à pátria, lá onde podemos ser felizes, havemos de usar desse mundo, mas não fruirmos dele»<sup>15</sup>, isto é, que por meio dos bens corporais e temporais devemos procurar conseguir as realidades espirituais, disto decorre que, «devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras coisas devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas»<sup>16</sup>.

Daí ter dito Manfredo Ramos:

A atitude do cristão diante dos bens temporais deriva diretamente da sua entidade mesma como cristão, ou seja, de um homem que tem por fim último a posse de Deus na Vida Eterna, a beatitude. Esta é a base e o centro de toda moral ascética agostiniana. O cristão deve, pois, amar exclusivamente este valor supremo; desde modo, com ‘*ordinata charitate*’, ele fará uso dos bens temporais, que serão tidos pelo mesmo como valores secundários na medida mesma em que podem ser ordenados á consecução

<sup>14</sup> *Idem*, *A doutrina cristã*, op. cit., I, 3.

<sup>15</sup> *Ibid.*, I, 4.

<sup>16</sup> *Ibid.*, I, 22 – grifo nosso. Igualmente, no tratado *Sobre a Cidade de Deus*: «Das coisas temporais devemos usar, não gozar, para merecermos gozar das eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amor a Deus, mas prestam culto a Deus por causa do dinheiro» (AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus*, op. cit., XI, 25). E na *Ep.130*, Agostinho, completa esse pensamento dizendo: «[...] de modo nenhum pode ser tido por são de espírito quem não antepõe o eterno ao temporal, visto que não se vive utilmente no tempo senão para conseguir méritos com que viver eternamente. Logo, não há dúvida de que todas as coisas que podem ser desejadas de modo útil e conveniente, o devem em função daquela vida, na qual se vive com Deus e de Deus» (AGUSTÍN, San, *Epístola 130*, op. cit., 7,14). Ainda na *Epístola 220*, a Bonifácio: «Estas coisas, pois – os bens eternos –, debes amá-las, cobiçá-las, buscá-las por todos os meios. Quanto àqueles bens temporais, ao contrário, não ames, por muito que abundem. Use-os de tal modo que, com eles, faças muitas coisas boas e nenhum mal faças por causa deles. Porque tudo isso perecerá, mas as boas obras não perecerão, embora feitas com bens perecíveis» (AGUSTÍN, San, *Epístola 220*, 10-11, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad. Lope Celleruelo y Pio de Luis, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1991, t. XIb).

da Vida Eterna. Nisto consiste o *'bene uti'*: fazer com os bens temporais boas obras que permaneçam para a eternidade<sup>17</sup>.

Como se vê, através dos conceitos de *"uti-frui"*, Agostinho estabelece a distinção entre as coisas das quais o homem pode gozar ou fruir – que asseguram a “Verdadeira Felicidade” –, e as coisas que deve utilizar ou usar, e usar bem, como instrumentos para atingir a felicidade. Para o comentador Victorino Capánaga, todo desenvolvimento da moralidade agostiniana está montado em torno dessa distinção:

O amor, pois, de todos os bens criados exige uma referência a Deus como condição do bom uso deles, dos quais pode-se gozar ou usar com deleite, mas sem pôr neles o último fim. Se no uso dos bens criados, falta a relação com o Criador, que é sua fonte e seu fim último, eles se convertem em bens absolutos, quer dizer, em ídolos que ocupam o lugar de Deus [...]. Dessas duas formas de adesão ou movimento, nascem a divisão do amor em *caritas* e *cupiditas*, que são fundamentais na Antropologia e espiritualidade agostinianas. São as raízes da qual procedem os bens e os males, ‘porque assim como a raiz de todos os males é a *cupiditas*’ (1 Tim. 6,10), disse São Paulo, assim deve-se entender que a raiz de todos os bens é a *caritas*’ (*De grat. Christ. et pecc. orig.*, I, 18). *Caritas* e *cupiditas* expressam a vida afetiva dos homens, que são bons ou maus segundo seus amores<sup>18</sup>.

Partindo desses pressupostos,

a alma pode também usar bem da felicidade temporal e corporal, se não se entregar à criatura, desprezando o Criador, mas antes pondo aquela felicidade a serviço do mesmo Criador [...] Assim como são boas todas as coisas que Deus criou [...] a alma racional se comporta bem em relação a elas, se guardar a reta ordem e distinguir, escolhendo, julgando,

<sup>17</sup> Ramos, F. M. T., *Bens temporais e vida cristã nas Epístolas de S. Agostinho*, op. cit., p. 53.

<sup>18</sup> Capánaga, V., *Agustín de Hipona: maestro de la conversión cristiana*, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1974, p. 288. A esse respeito, cf., também, CAYRE, F., *La contemplation augustiniennne: principes de spiritualité et de théologie*, Editions Desclée de Brouwer, Paris 1954, p. 95; RAMOS, F. M. T., *Bens temporais e vida cristã nas Epístolas de S. Agostinho*, op. cit., p. 48 e GRABMANN, M., *Filosofía medieval*, trad. Salvador Minguijón, Editorial Labor, Barcelona 1949, p. 20, que diz: «Toda a moral consiste no ordenamento da livre vontade humana a Deus, o bem supremo, o único que pode ser amado por si mesmo e que contem a bem-aventurança (*frui*). Os demais bens devem usar-se, unicamente, como meios conducentes a Deus (*uti*)».

subordinando os bens menores aos maiores, os corporais aos espirituais, os inferiores aos superiores, os temporais aos sempiternos; evitará de fazer decair em si mesma e ao corpo da sua nobreza, com o desprezo dos bens superiores e o desejo daqueles inferiores [...]»<sup>19</sup>.

Daí ter dito Manfredo Ramos:

É evidente que, para Agostinho, o homem não devia procurar nas coisas criadas ‘o fim do bem’ ou seja, o seu ‘sumo bem’, e de outra parte que sua mesma condição humana e terrena o tinha ligado a toda uma escala de valores terrestres. Então, a única conduta justa do homem a tal respeito seria de **usar retamente** destes valores, ordenando-os entre si e, afinal, aos bem supremo [...]. Eis, pois, que no plano ético os bens terrestres, por si moralmente indiferentes, recebem, por assim dizer, sua valência positiva ou negativa da livre vontade do homem que usa deles<sup>20</sup>.

Dentro dessa ótica, o homem «não pode ser por si mesmo o bem capaz de fazer-se feliz [...]»<sup>21</sup>, o que significa dizer que «ninguém deve fruir de si próprio, ou ninguém deve se amar por si próprio, mas por aquele de quem há de fruir [...]»<sup>22</sup>, pois «somente Deus é o bem que torna feliz a criatura racional [...] daí, embora nem toda criatura possa ser feliz, a que pode sê-lo não o pode por si mesma, mas por Aquele que a criou»<sup>23</sup>. Com essas palavras, não devemos entender que o homem deva odiar-se a si próprio, mas, tão somente, que o homem deve amar a si mesmo, mas em função de Deus, afinal diz o preceito evangélico: «amarás o Senhor teu Deus de todo coração, de toda a alma e todo entendimento; e amarás o teu próximo como a ti mesmo» (Mt 22,37).

Também não devemos entender que o homem deva odiar a si próprio ou a seu próprio corpo, pois «ninguém jamais quis mal à sua própria carne» (Ef 5,29). Pelo contrário, na *Epístola 130*, Agostinho afirma que,

<sup>19</sup> AGUSTÍN, San, *Epístola 140*, op. cit., 2, 4. Igualmente, na *Epístola à rica viúva Proba*, diz: «Com tais bens (a saber: as riquezas, o fastígio das honras e as demais coisas deste gênero com que se julgam felizes os mortais), não se tornam bons os homens, mas os que se fizeram bons por outro expediente fazem com que estas coisas sejam boas usando bem deles» (AGUSTÍN, San, *Epístola 130*, op. cit., 2,3).

<sup>20</sup> Ramos, F.M.T., *Bens temporais e vida cristã nas Epístolas de S. Agostinho*, op. cit., p. 48.

<sup>21</sup> AGOSTINHO, Santo, *A doutrina cristã*, op. cit., I, 23.

<sup>22</sup> *Idem*, I, 22.

<sup>23</sup> AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus*, op. cit., XII, 1.



entre os bens que devemos desejar para vivermos convenientemente, está a saúde do corpo, pois «a conservação da saúde relaciona-se com a própria vida: com a sanidade e integridade da alma e do corpo»<sup>24</sup>. O que Agostinho propõe é que devemos

Ensinar ao homem a medida de seu amor, isto é, a maneira como deve amar-se a si próprio para que esse amor lhe seja proveitoso [...] como deve amar seu corpo, para que tome cuidado dele, com ordem e prudência – ao que chama de *caritas* <sup>25</sup>.

Igualmente, Agostinho recomenda que devemos amar ao próximo não em si mesmo, mas em função de Deus: «Nos amamos a nós mesmos quando amamos a Deus e, por outros preceitos, amamos ao próximo como a nós mesmo quando, segundo nossas possibilidades, conduzimo-lo a um semelhante amor a Deus»<sup>26</sup>.

Entretanto, vale salientar, quando Agostinho diz que devemos amar a nós mesmos e ao próximo em função de Deus, não significa que tal amor seja em proveito de Deus, pois Este nada pede para si mesmo, ou nada precisa para si, uma vez que Ele já é o Bem supremo ou perfeição última, ou como diz no tratado *Sobre as 83 Questões Diversas*, «onde nada falta, não há necessidade. Onde não há deficiência, nada falta. Visto que em Deus não há deficiência, logo não há necessidade alguma»<sup>27</sup>. Na realidade tal amor se converte em benefício do próprio homem e do próximo, conforme afirma no tratado *Sobre a Doutrina Cristã*:

«[...] o uso que se diz Deus fazer de nós não se ordena à sua própria utilidade, mas à nossa [...], pois, Deus é aquele que quer ser amado não para auferir para si alguma vantagem, mas para conceder aos que o amam uma recompensa eterna»<sup>28</sup>.

E aqui, apesar de o preceito evangélico colocar o amor a Deus, ontologicamente anteposto ao amor ao próximo, entretanto, como se trata

<sup>24</sup> AGUSTÍN, San, *Epístola 130*, op. cit., 6,13.

<sup>25</sup> AGOSTINHO, Santo, *A doutrina cristã*, op. cit., I, 24.

<sup>26</sup> AGUSTÍN, San, *Epístola 130*, op. cit.

<sup>27</sup> AGUSTÍN, San, *Ochenta y tres cuestiones diversas*, 22, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad. intr. y notas Teodoro C. Madrid, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1995, t. XL.

<sup>28</sup> AGOSTINHO, Santo, *A doutrina cristã*, op. cit., I, 32, 35- 29,30.

de uma regra a ser seguida concretamente, nesta vida, para não cair em puro subjetivismo, Agostinho inverte a ordem do preceito da caridade, dizendo que «embora o amor a Deus seja o primeiro na ordem da importância, na prática, é começando pelo segundo que se chega ao primeiro amor»<sup>29</sup>, visto que, segundo o apóstolo João, «se alguém disser: ‘Amo a Deus, mas odeio o meu irmão’, é mentiroso [...]. Pois quem não ama seu irmão, a quem vê, a Deus que não vê, não poderá amar»<sup>30</sup>. E, no sentido contrário, ou fechando a circularidade dialética, Agostinho diz que não se deve amar o próximo, em si mesmo, em detrimento de Deus, ou desprezando a Deus, o que seria pura soberba. Daí citar a segunda parte das palavras do apóstolo João: «Também não podes dizer: ‘Amo meu irmão, mas não amo a Deus’ [...]. Pois, se tu amas teu irmão, necessariamente, amas o amor mesmo. Ora, ‘o amor é Deus’»<sup>31</sup>. Portanto, devemos amar nosso próximo, mas em função de Deus, ou seja, para elevar-nos a nós mesmos e o próximo até Deus, ou porque Deus já esteja com ele: «Realmente ama o amigo quem ama a Deus no amigo, ou porque Deus esteja nele ou para que Deus esteja nele»<sup>32</sup>. E reunindo os três amores num só, diz no tratado *Sobre os Costumes da Igreja Católica e dos Maniqueus*:

É impossível que o que ame a Deus não se ame a si mesmo. Assim, pois, te mas a ti saudavelmente quando amas a Deus mais do que a ti mesmo. E o que fazes contigo há de fazer igualmente com o próximo, isto é, que também o ame com perfeito amor a Deus. Pois não o amaras como a ti mesmo se não te esforças por levá-lo ao mesmo Bem ao qual tu aspiras. Porque Ele é o único Bem que não se diminui para os que juntamente

<sup>29</sup> AGUSTÍN, San, *Sermones 265, 9*, in *Obras completas de san Agustín*, 2. ed. bilingüe, trad., intr. y notas Pio de Luis, La Editorial Católica/BAC, Madrid 2005, t. XXIV. Igualmente, no *Comentário à 1ª Epístola de São João*, diz: «O amor a Deus é o primeiro que nos é prescrito, o amor ao próximo é o primeiro que se deve praticar» (AGOSTINHO, Santo, *Comentário da primeira epístola de São João*, XVII, 8, trad. intr. e notas Nair de Assis Oliveira, Paulinas, São Paulo 1989).

<sup>30</sup> AGOSTINHO, Santo, *Comentário da primeira epístola de São João*, op. cit., IX, 10.

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> AGUSTÍN, San, *Sermones 336, 2*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad. y notas Pio de Luis, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1984, t. XXV 336, 2.

contigo aspiram a possuí-lo. E daqui se derivam os deveres da sociedade humana [...]»<sup>33</sup>.

Por fim, apesar de não constar no preceito evangélico da caridade, Agostinho recomenda, também, o amor aos seres (coisas) criados por Deus, bens inferiores ao homem, mas, nem por isso deixam de ser bens. Daí o comentador Victorino Capánaga dizer que o amor agostiniano é quadrimensional, porque se dirige em quatro direções: «O amor de Deus, que é a esfera superior dos valores; o amor a nós mesmos, o amor ao próximo e o amor as coisas do mundo, constituem todo o amor humano em sua integridade»<sup>34</sup>.

Na realidade, o que Agostinho condena é o amor ou paixão desordenada a si próprio, ao próximo ou aos seres criados, ao que chama de *Cupiditas*, que é o contrário de *Caritas*, conforme explica o supracitado comentador:

A *cupiditas* implica uma desordem ou uma perversão, porque tende a alterar o valor dos bens, fazendo, dos primeiros, últimos, e dos últimos, primeiros. É que chama Agostinho usar do fim para os meios, e dos meios ou bens úteis fazer o fim [...]. A *caritas*, ao contrário, é um movimento ordenado do coração que usa dos bens respeitando a ordem: 'Chamo de caridade ao movimento da alma que tende a gozar de Deus por si mesmo, e de si mesmo e do próximo por Deus' (*De doc. christ.* III, 10)<sup>35</sup>.

Vemos um exemplo claro desta distinção, no tratado *Sobre a Cidade de Deus*, em que, ao falar acerca do amor ao corpo das mulheres, por parte dos homens, diz:

A beleza do corpo, bem criado por Deus, mas temporal e carnal, é mal amado, quando o amor a ele se antepõe ao devido a Deus, bem eterno, interno e sempiterno. Entretanto, assim como o avaro, abandonando a justiça, ama o ouro, o pecado não é do ouro, mas do homem. Assim sucede

<sup>33</sup> AGUSTÍN, San, *De los costumbres de la Iglesia*, I, 48-49, in *Obras completas de san Agustín*, trad., intr. y notas Victorino Capánaga, Teófilo Prieto, Andrés Centeno, Santos Santamarta e Erminio Rodríguez. 3. ed. bilingüe, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1956, t. IV.

<sup>34</sup> Capánaga, V., *Agustín de Hipona: maestro de la conversión cristiana*, op. cit., p. 304.

<sup>35</sup> *Ibíd.*, p. 289.

a toda criatura, pois, sendo boa, pode ser amada bem ou mal. Amada bem, quando observada a ordem; mal, quando pervertida<sup>36</sup>.

### Conclusão

Vimos, portanto, que o princípio norteador de toda moral agostiniana é a distinção entre bens a serem gozados e bens a serem usados. Segundo Manfredo Ramos, essa separação é consequência da distinção que esse faz entre Ser Imutável (Bem ôntico – Deus) e seres mutáveis (bens éticos – corpos), tendo-se uma dependência desses ao primeiro, resultando-se que, na ordem moral, o ontológico comanda o ético, o que resulta numa dupla moral; “da felicidade” e “do dever”, ambas fundamentadas na busca da “Verdadeira Felicidade”.

Essa distinção, que não é nada mais do que as duas faces de uma mesma moeda, explica por que Agostinho procura a felicidade, não como uma felicidade qualquer, mas a própria “*vita beata*” do homem, aquele bem ao qual devemos «dirigir todas as nossas ações, sem que haja mais nada além dele que procurar»<sup>37</sup>, ou seja, Deus, “Verdadeira Felicidade”, bem em si mesmo ou “Bem ôntico”. Nesse sentido, a Moral agostiniana fundamenta-se numa “Moral da felicidade” enquanto um bem a ser buscado, por si mesmo. Entretanto, Agostinho reconhece que o homem é um ser existencial, que vive numa realidade temporal, na qual, quer queira ou não, precisa dos bens temporais para sobreviver. Daí que, sendo a preocupação primeira do homem a busca da “Verdadeira Felicidade”, esse precisa usar os bens temporais de tal forma que o levem a alcançar os bens eternos. Surge, desse modo, o segundo aspecto da Moral agostiniana, que é a “Moral do dever”.

Assim sendo, a “moral da felicidade”, fundamentada na busca do “Bem ôntico” (Deus), orienta ou determina a “moral do dever”, que se caracteriza pela reta utilização dos bens temporais, pois

Os homens não se tornam bons, por meio desses bens, mas os que se fizeram tais por outro meio é que fazem com que esses se tornem bons, usando-os bem [...]. Segue-se que qualquer bem que é desejado, útil e convenientemente, deve ser, indubitavelmente, referido àquela única vida que se vive com Deus e de Deus<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus*, op. cit., XV, 22.

<sup>37</sup> AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus*, op. cit., VIII, 8.

<sup>38</sup> AGUSTÍN, San, *Epístola* 130, op. cit., 2,3,4

Como se vê, numa relação de consequência, Agostinho mostra que não há “Verdadeira Felicidade” sem vontade reta, isto é, sem a virtude que, “usando bem” dos bens temporais, os torna “bons” (moralmente), ordenando-os para a Vida Eterna, que é a única bem-aventurada.

Com isto, Agostinho orienta toda sua moral para a busca da felicidade enquanto “Bem ôntico”, a ser alcançado na “Vida Eterna”, dando, assim, um caráter teleológico-sobrenatural à sua Moral. Para Manfredo Ramos, essa é uma característica genuína da Moral agostiniana, que nos permite diferenciá-la da dos antigos filósofos, pois, como, na Antigüidade, não havia uma convicção clara de Vida Eterna, a moral dos antigos não tinha esse caráter teleológico<sup>39</sup>.

#### Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus: contra os pagãos*, 3. ed., trad. Oscar Paes Leme, Vozes; Federação Agostiniana Brasileira, Petrópolis; São Paulo 1991, v. I e II.

— *Comentário da primeira epístola de São João*, trad. intr. e notas Nair de Assis Oliveira, Paulinas, São Paulo 1989.

— *A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã*, trad. e notas Nair de Assis Oliveira, Paulinas, São Paulo 1991.

AGUSTÍN, San. *De los costumbres de la Iglesia*, in *Obras completas de san Agustín*, trad., intr. y notas Victorino Capánaga, Teófilo Prieto, Andrés Centeno, Santos Santamarta e Erminio Rodríguez. 3. ed. bilingüe, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1956, t. IV.

— *Epístolas 1-123*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad., intr. y notas Lope Cilleruelo, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1986, t. VIII.

— *Epístolas 124-187*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad., intr. y notas Lope Cilleruelo, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1987, t. XI a.

— *Epístolas 188-270*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad. Lope Cilleruelo y Pio de Luis, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1991, t. XIb.

<sup>39</sup> Cf. Ramos, F.M.T., *A idéia de Estado na doutrina ético-política de s. Agostinho...*, op. cit., p. 69.

— *Sermones 184-272*, in *Obras completas de san Agustín*, 2. ed. bilingüe, trad., intr. y notas Pio de Luis, La Editorial Católica/BAC, Madrid 2005, t. XXIV.

— *Sermones 273-338*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad. y notas Pio de Luis, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1984, t. XXV.

— *Ochenta y tres cuestiones diversas*, in *Obras completas de san Agustín*, ed. bilingüe, trad. intr. y notas Teodoro C. Madrid, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1995, t. XL.

Capánaga, V., *Agustín de Hipona: maestro de la conversión cristiana*, La Editorial Católica/BAC, Madrid 1974.

Cayré, F., *La contemplation augustinienne: principes de spiritualité et de théologie*, Éditions Desclée de Brouwer, Paris 1954.

Copleston, F., *Historia de la filosofía (II): de san Agustín a Escoto*, trad. Eugenio Trías, Editorial Ariel, Barcelona, 1983.

Grabmann, M., *Filosofía medieval*, trad. Salvador Minguijón, Editorial Labor, Barcelona 1949.

Ramos, F.M.T., *A idéia de Estado na doutrina ético-política de s. Agostinho: um estudo do epistolário comparado com o “De Civitate Dei”*, Loyola, São Paulo 1984.

— *Bens temporais e vida cristã nas Epístolas de S. Agostinho*, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma 1966. (Dissertatio ad Lauream).